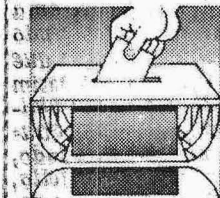


Collor aponta golpe no apoio de Sarney

Candidato reage irritado às informações de que presidente estimula seus ministros a apoiar PRN



BRASÍLIA — Da mesma forma que festejou a sua briga com o presidente José Sarney, na semana anterior a 15 de

novembro, o candidato Fernando Collor de Mello, do PRN, tinha ontem motivos para se aborrecer, ao tomar conhecimento de que o presidente havia liberado amigos e políticos ligados ao governo para apoiarem Collor no segundo turno. "É mais uma tentativa de golpe", mandou dizer o candidato, por meio do seu assessor de imprensa, Cláudio Humberto.

"Não aceitarei apoio de um governo irresponsável, corrupto e incompetente", recrudescu Collor. "O apoio desse pessoal é absolutamente inaceitável." A irritação do candidato tem valor político. Boa parte de sua popularidade deveu-se à oposição feita ao governo Sarney e à defesa do mandato de quatro anos para o presidente.

Do ponto de vista do Palácio do Planalto, a declaração também tem um valor político. Sempre que era muito atacado por um dos candidatos, no primeiro turno, o presidente comentava, com assessores, que iria declarar apoio ao agressor, numa brincadeira com a sua própria impopularidade. Ontem, porém, a ameaça do presidente não parecia fazer sentido.

A ação que o governo moveu contra o candidato do PRN, por calúnia, injúria e difamação começou a produzir algum resultado legal. O juiz da 1ª Zona Eleitoral do Distrito Federal, Asdrúbal Zola Vasquez Cruze, concedeu prazo de 48 horas para que Collor faça sua defesa no processo criminal.

"Ele será um presidente processado", comentou o ministro da Justiça, Saulo Ramos. Pelos crimes praticados contra o presidente José Sarney, Collor poderá ser condenado de seis



Ornuzd Alves/AE — 28/7/89

Collor, que responde a processo por calúnia contra Sarney: "Não aceitarei apoio de um governo irresponsável e corrupto"

meses a um ano e meio de prisão. E o procurador Geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, disse que a Procuradoria não vai retirar o processo caso Collor seja eleito presidente.

Alvarenga prevê uma grande discussão do caso: o artigo 86 da Constituição diz que o presidente da República não poderá ser responsabilizado "por atos estranhos ao exercício de suas funções". Mas não diz se o presidente poderá responder pelos crimes praticados antes de ser

eleito. O procurador acha que a imunidade só deve valer para crimes praticados após a posse, caso contrário "um criminoso poderia investir fortunas para se eleger e ficar imune".

Para Alvarenga, o próprio Tribunal Superior Eleitoral já reconheceu em parte o crime praticado contra Sarney quando concedeu ao presidente direito de resposta no programa eleitoral gratuito de Collor. Mesmo assim, ele acredita que Collor não irá para a cadeia, porque a pena de prisão poderá ser subs-

tituída por multa. O processo contra Collor de Mello está tramitando na justiça eleitoral, porque o crime foi cometido no horário gratuito. Mas, se ele for eleito, o processo será julgado pelo Supremo Tribunal Federal, que é o tribunal competente para julgar crimes comuns do presidente da República.

NOVA ESTRATÉGIA

Fernando Collor de Mello passou todo o dia de ontem reunido com políticos e coordenadores da sua campanha para definir os rumos da candidatura,

neste segundo turno. Collor decidiu investir fundo no eleitorado de Leonel Brizola e vai buscar ainda os votos dos eleitores que se abstiveram no primeiro turno. "Precisamos investir em transporte para diminuir as abstenções", afirmou o governador da Paraíba, Tarcísio Burity, ao sair do encontro com Collor. No Amazonas, por exemplo, o índice de abstenções chegou a 46%.

O candidato do PRN vai viajar seguidamente ao Rio de Janeiro. Ele designou o deputa-

do estadual Cleto Falcão, de Alagoas, para supervisionar a campanha do candidato no Rio, onde as brigas na coordenação permitiram que Leonel Brizola, do PDT, abrisse uma grande frente sobre o PRN. A decisão de Collor irritou o presidente do PTR, Juca Colagrossi, e o deputado Nelson Sabrá, que foram preteridos, na coordenação da campanha no Rio, pelos deputados Cleto Falcão e Rubem Medina. "Lá é uma ciúmeira", conta um dos assessores de Collor, Sebastião Nery.

Collor também pretende conquistar o eleitorado brizolista no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, estados em que, no primeiro turno, foi derrotado pelo candidato do PDT. Vai concentrar parte de sua campanha na região Sul, no segundo turno, e conta com dois trunfos para melhorar sua votação: a briga entre petistas e brizolistas e o seu passado.

Os assessores de Collor esperam levar vantagem do bairrismo dos gaúchos. O senador Carlos Chiarelli, que coordena a campanha no Rio Grande do Sul, contou que já estão sendo produzidas peças publicitárias mostrando que gaúcho é Collor. Nascido no Rio, o candidato é neto de gaúcho. "Se é neto, é praticamente gaúcho", ressalta um dos articuladores políticos da campanha, deputado Cleto Falcão.

O Distrito Federal também será reforçado. Fernando Collor não gostou da votação que teve em Brasília; o candidato perdeu para o seu atual adversário, Luiz Inácio Lula da Silva. Collor chegou a ter 56% da preferência do eleitorado brasileiro, nas pesquisas, e na eleição ficou com o segundo lugar.

O candidato vai nomear para cada região um supervisor, que ficará encarregado de organizar a fiscalização da votação, um das principais falhas da campanha. "Todos os partidos tinham fiscais, menos o PRN", lamentou o assessor de imprensa. O comitê de Collor recebeu vários telex informando que os fiscais recrutados não compareceram e em muitos locais não tinha gente do candidato.